

Relatório de Gestão



Sumário

| | |
|---------------------------------------|----|
| Mensagem do presidente | 06 |
| Cenário econômico | 08 |
| Estrutura sistêmica | 10 |
| Nossa evolução | 12 |
| Governança corporativa | 18 |
| Demonstrações financeiras e contábeis | 22 |
| Parecer da Auditoria | 45 |
| Parecer do Conselho Fiscal | 48 |
| Agência | 49 |

Mensagem do presidente

Expansão e consolidação do Sicoob Coopercred

Parceria

O Sicoob tem feito a diferença no cenário atual de crédito no Brasil porque tem como princípio a justiça financeira, mas vai além, pois aposta em ter um atendimento personalizado e investir na região. O Sicoob Coopercred se beneficia dessas vantagens que a cada dia são maiores no sistema cooperativo e menores no sistema bancário tradicional, o que possibilitou, em 2019, uma expansão bem acima da média da economia nacional, além de um destaque forte na região.

No ano passado, o Sicoob Coopercred alcançou resultados com um investimento em gestão profissionalizada, com foco no negócio, além de atuação ativa dos conselhos. A governança corporativa tem criado uma cultura de negócios mais rígida, com maior controle, preocupação ativa com indicadores, investimento na equipe e geração de receitas dos produtos e serviços.

A crise foi mais amena na região de atuação da cooperativa, pois a expansão de vários segmentos da agroindústria tornou a região mais próspera. Os efeitos da estagnação econômica não derrubaram os resultados ou o envolvimento da equipe e, mesmo assim, registramos, em 2019, um resultado satisfatório dentro de nossas expectativas.

Destaco que nosso município possui três usinas sucroalcooleiras, unidade fabril da Hering, indústria processadora de tomates, confinamento e melhoramento genético de animais, produção significativa de borracha natural, produção de sementes de vegetais e produtos de cereais, produção de grãos, de leite, dentre outros empreendimentos. Nesse cenário, destaca-se o grupo Otávio Lage, que é o maior fomentador da região, gerando empregos e desenvolvimento.

Em 2019, o Sicoob Coopercred rompeu fronteiras e iniciou tratativas para abertu-

tura de agência na cidade de Barreiras, na Bahia. Com a participação no Festival da Primavera, uma feira de negócios regionais, foram realizadas reuniões com autoridades locais, empresários e também a locação de prédio no local de maior concentração de negócios da cidade. A previsão é, que já em 2020, a operação Barreiras concretize a elevada expectativa de negócios e resultados sustentáveis para a cooperativa.

O nosso resultado principal foi estruturado ainda pela carteira de empréstimos e dos recursos direcionados à centralização financeira, no entanto, a cooperativa já se prepara para novos tempos, tendo em vista que o cenário de taxas de juros cada vez mais baixas com consequente redução de spreads vai evidenciar outros serviços.

A proximidade com o associado já é uma característica da cooperativa que, em 2019, investiu com ênfase também na divulgação e utilização dos nossos canais digitais, como o SicoobNet (Pessoa Física e Pessoa Jurídica), o SicoobCard (cartão virtual, benefícios, etc.) e a conta digital. O Sicoob Coopercred dá passos sólidos e robustos no melhor atendimento ao cooperado, com valores mais justos, divisão dos ganhos (sobras), portfólio de serviços da mais alta segurança e qualificação do setor, agências físicas que trazem maior comodidade e confiança, entre outros fatores positivos. A cooperativa comemora e divide o êxito dos resultados de 2019 com os cooperados ativos e fiéis ao Sistema Sicoob, protagonistas de nosso sucesso, bem como aos colaboradores e dirigentes das mais diversas esferas.

Rodrigo Penna de Siqueira,
Presidente do Sicoob Coopercred

Cenário econômico

Ano das cooperativas financeiras

O ano de 2019 será lembrado na história do setor de crédito como um ano em que as cooperativas financeiras reforçaram e consolidaram seu posicionamento e seus diferenciais para o mercado nacional. Neste ano, as vantagens comparativas foram expostas e o 'usuário' do sistema financeiro, cooperado ou cliente, se viu no espelho e diante de realidades bem distintas. Se por um lado, o setor cooperativo dá mais opções, com mais agências, mais serviços e menos custos, fica claro a estratégia do outro lado, que é reduzir custos, menos agências, mais tarifas, menos atendimento.

O Sicoob é personalista. Para as cooperativas financeiras, o valor está no cooperado, na satisfação, na opção de ter o melhor digital e também o atendimento personalizado na cooperativa. Por isso temos um engajamento espontâneo. O nosso cooperado é nosso maior promotor.

O Sicoob é regionalista. Cada real captado é aplicado na região de abrangência daquela cooperativa - seja por crédito ou por distribuição das sobras ('lucro').

O Sicoob é barato. Enquanto os concorrentes precisam de regras para baixar suas taxas, só para citar um exemplo, o cheque especial, a cooperativa já trabalhava, em média, abaixo deste novo piso estipulado. Só um exemplo em dezenas. O Sicoob é justo. Essa é a maior bandeira da cooperativa, o que tantos tentam e nenhum faz (a não ser propaganda), ser próximo e justo com seu cooperado. O que podemos dizer é que, em 2019, esses princípios ficaram mais claros. Isso vale mais que qualquer balanço positivo ou peça publicitária.

Somos fortes na base, espontaneamente e com uma relação limpa e direta. É uma conquista histórica e mérito de tantos líderes do nosso setor.

Outro ponto importante é quanto à transparência e gestão. O Sicoob não tem números fechados. Todos são abertos. Também é, esta confiança conquistada, mais um dos aspectos que fizeram as cooperativas Sicoob manterem forte ritmo de expansão em 2019. Mais serviços, mais ativos, mais portfólio, mais associados, mais resultados.

O cooperado sabe que, antes de tudo, vai encontrar justiça financeira e transparência no Sicoob.

Talvez sejam as cooperativas financeiras um dos poucos setores que fecharam 2019 comemorando números positivos, mas a Central Sicoob Uni e suas singulares foram além, consolidaram uma reestruturação e implantaram um planejamento estratégico que possibilitará um avanço de dois dígitos por vários anos.

Neste processo evolutivo, cabe ressaltar

as competências das diretorias executivas das nossas singulares, dos nossos colaboradores e do cooperado que, em sinergia e convergência de objetivos, transformaram um plano de trabalho em um projeto real.

Agradecemos a todos, pois um trabalho coletivo é capaz de ajudar a modificar, para melhor, o sistema financeiro brasileiro.



ESTRUTURA SISTÊMICA

CONFEDERAÇÃO / BANCOOB

PONTA ADMINISTRADORA
SICOOB SEGURADORA
BANCOOB DTVM
CABAL BRASIL
SICOOB PREVI

COOPERATIVA CENTRAL

COOPERATIVA SINGULAR

COOPERADOS



Propósito

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Missão

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

Visão

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

Valores

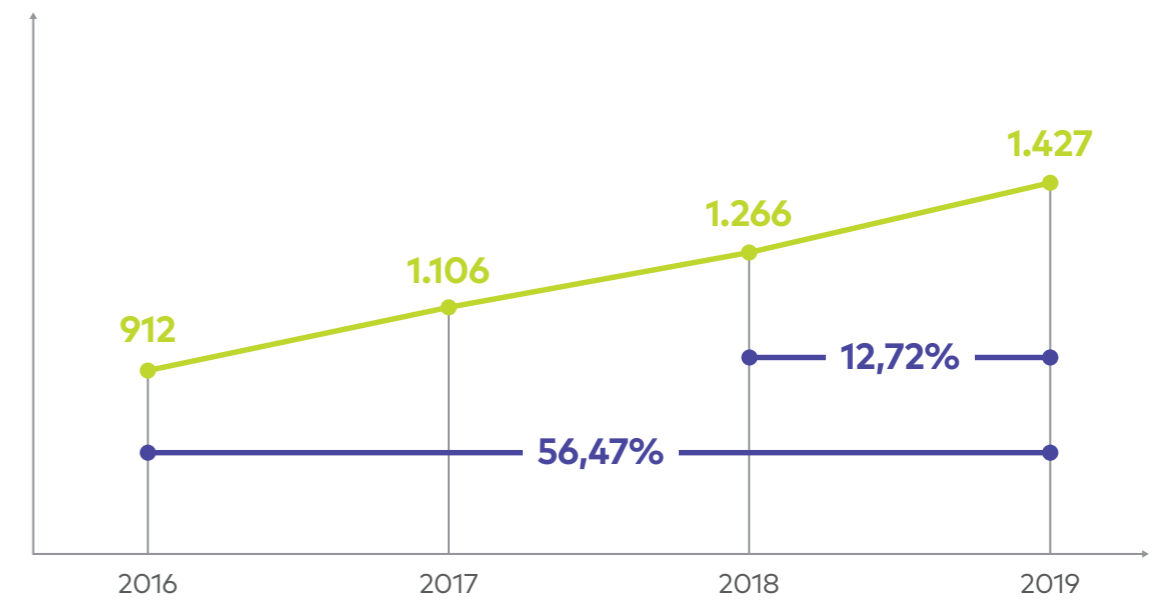
Respeito e Valorização das Pessoas;
Cooperativismo e Sustentabilidade;
Ética e Integridade;
Excelência e Eficiência;
Liderança Responsável;
Inovação e Simplicidade.

Nossa evolução

Desenvolvimento em todos os números

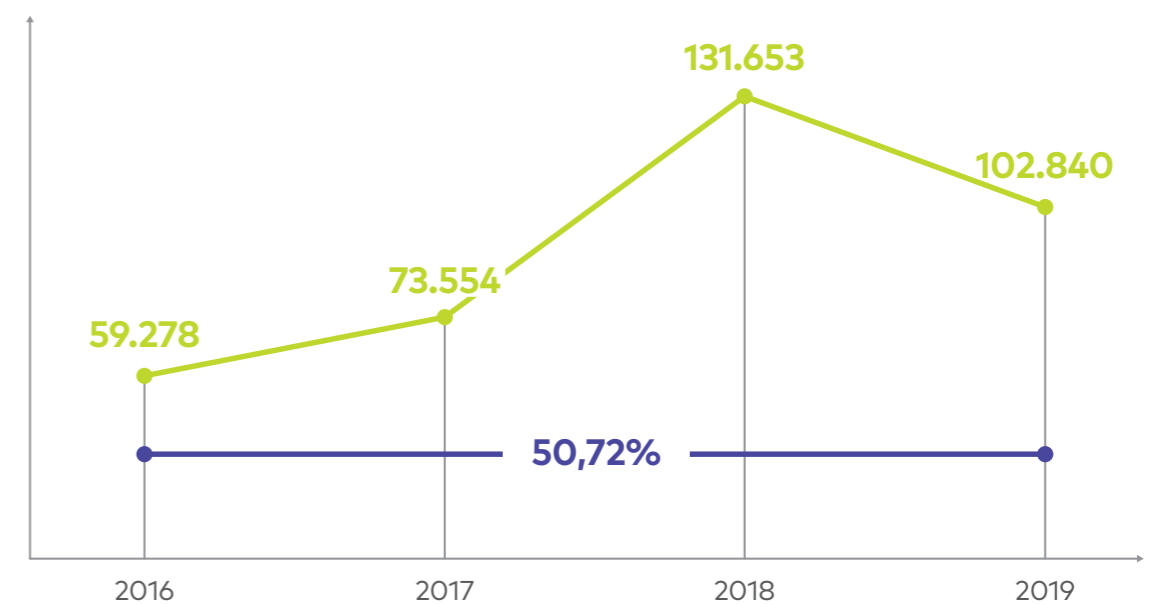


COOPERADOS



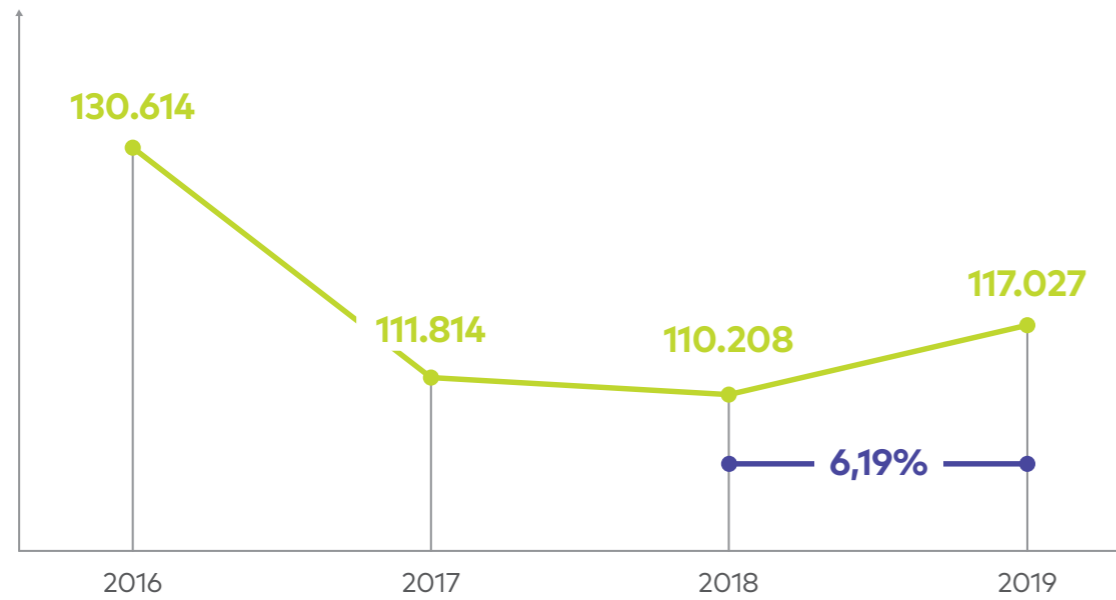
DEPÓSITOS TOTAIS

EM R\$ MIL



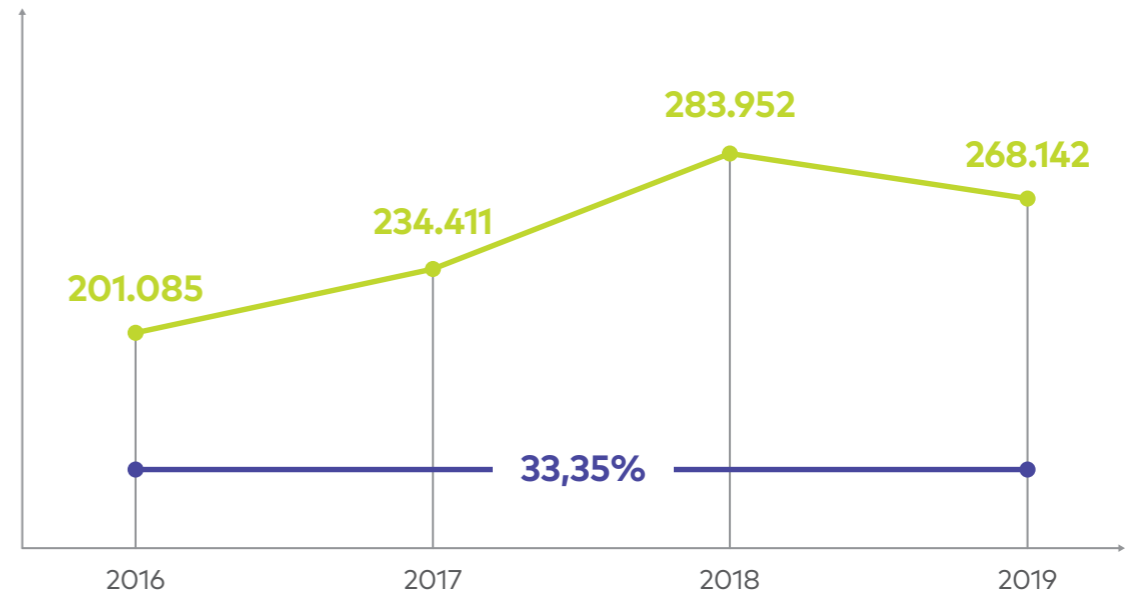
CARTEIRA DE CRÉDITO

EM R\$ MIL



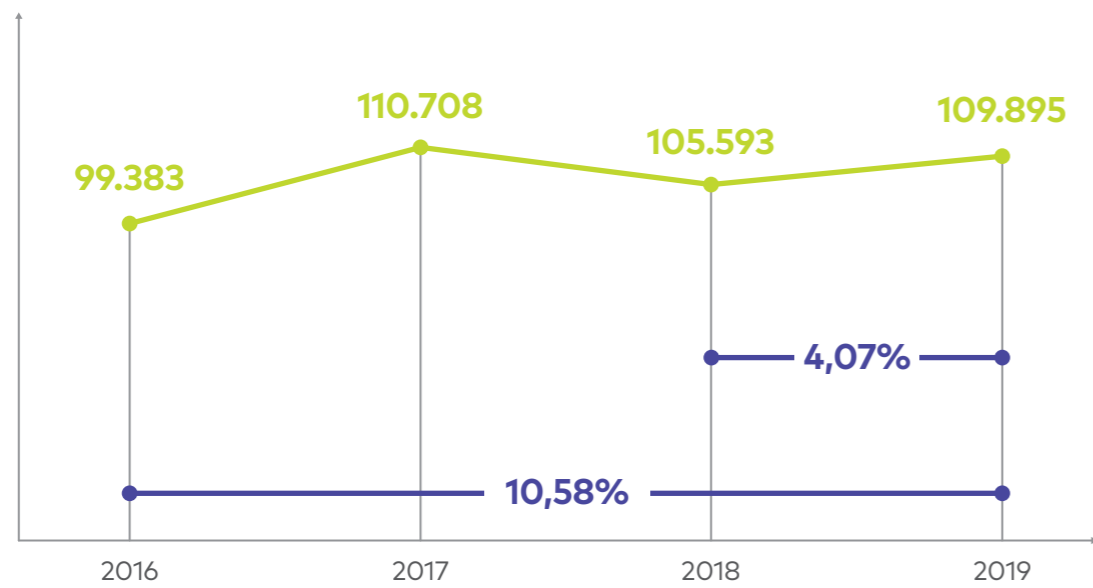
ATIVO TOTAL

EM R\$ MIL



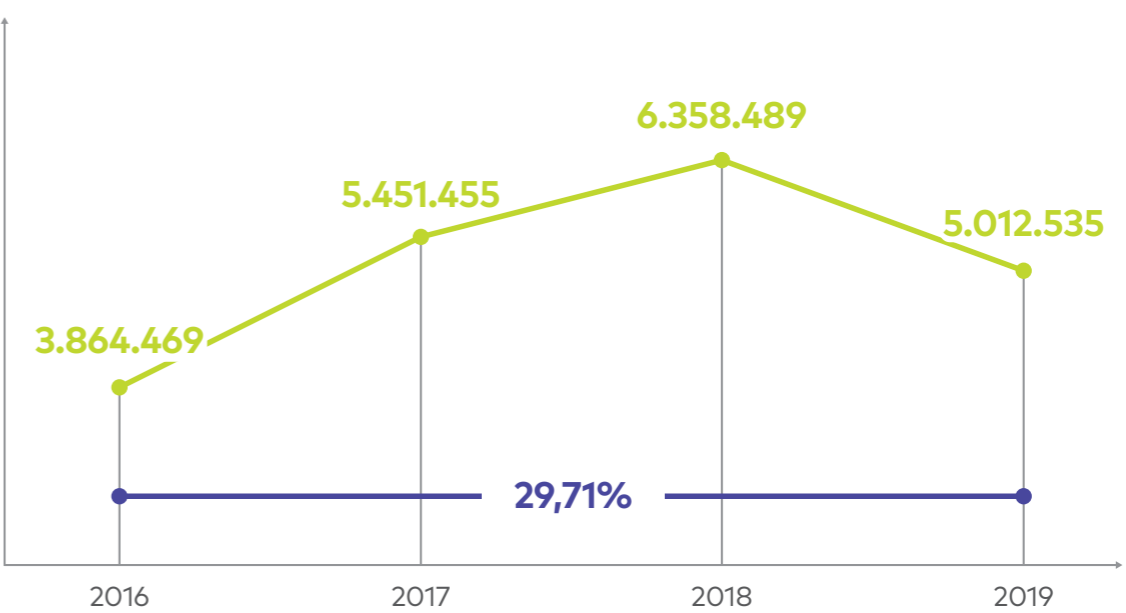
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM R\$ MIL

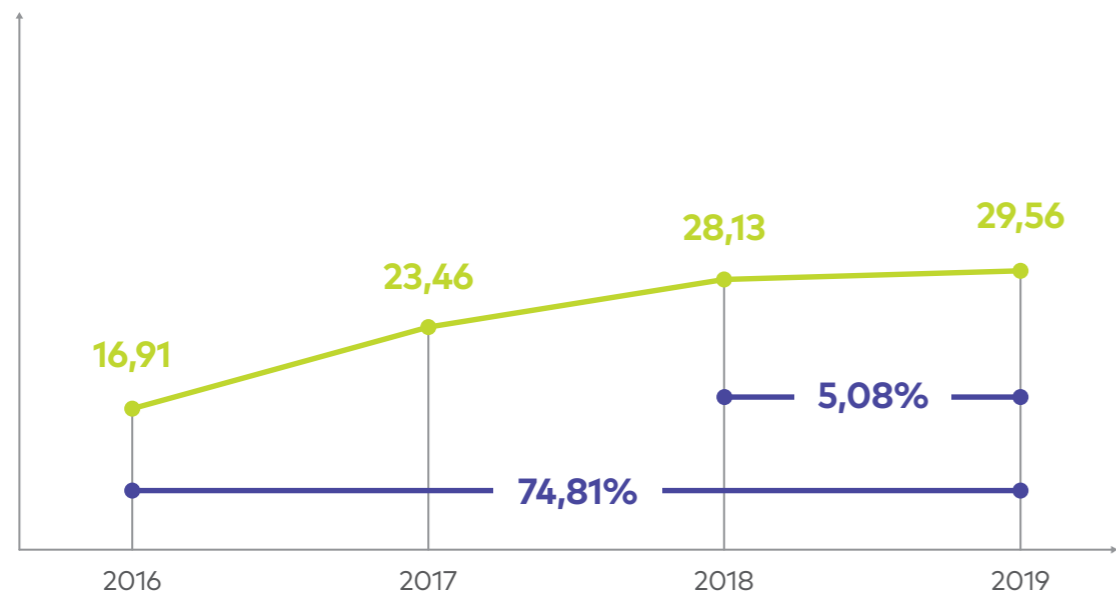


SOBRAS DO EXERCÍCIO

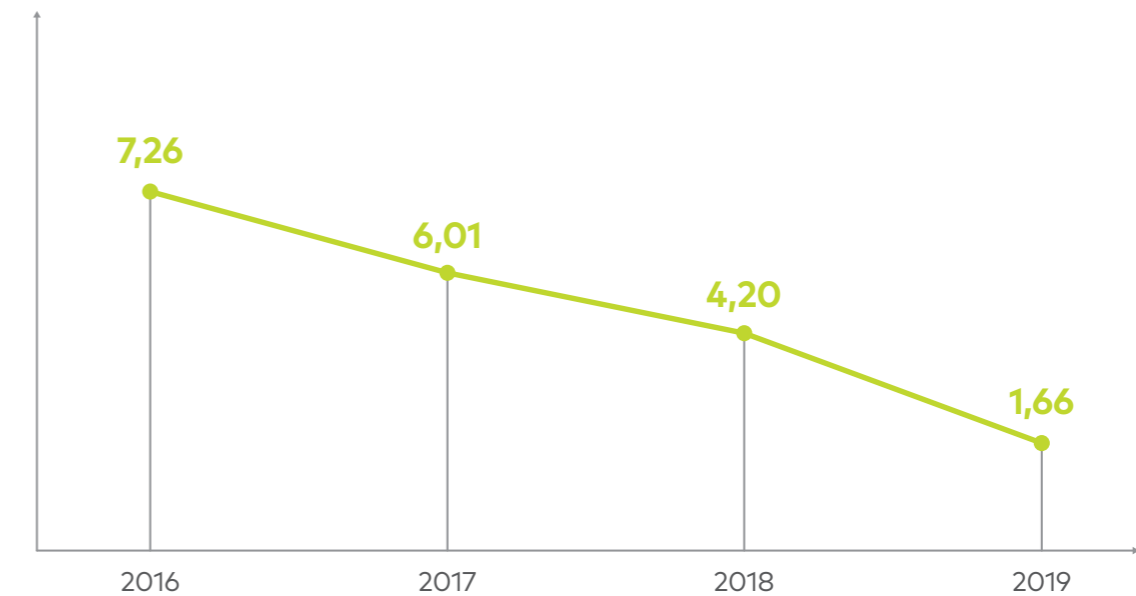
EM R\$



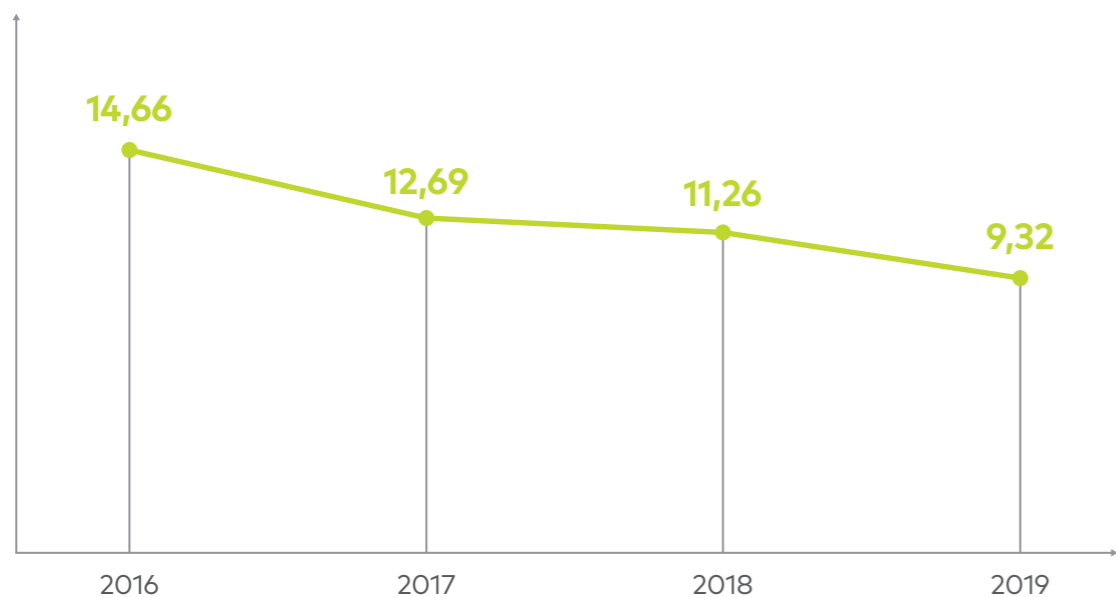
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA PADRÃO



RENTABILIDADE DO ATIVO: ROA



RENTABILIDADE DO PL (-JCP): ROE



GANHO SOCIAL - RENDA AGREGADA 2019

| GANHO ECONÔMICO DO COOPERADO - COMPETÊNCIA 2019 | | | | |
|---|--------------------------|--|-------------------|----------------|
| PRODUTOS | SFN Taxa Média Mensal | SICOOB COOPERCRED Taxa Média Mensal | VALOR ECONOMIZADO | |
| | | | POR PRODUTO | ACUMULADO |
| CHEQUE ESPECIAL PF | 12,57% | 4,24% | R\$ 784.337 | R\$ 784.337 |
| EMPRÉSTIMOS | 3,00% | 1,49% | R\$ 10.798.506 | R\$ 11.582.843 |
| FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF | 1,57% | 1,28% | R\$ 3.089 | R\$ 11.585.932 |
| TARIFAS PF ¹ | R\$ 52,96 | R\$ 4,10 | R\$ 586.921 | R\$ 12.172.853 |
| CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO) | 12,34% | 8,55% | R\$ 129.268 | R\$ 12.302.121 |
| CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO) | 8,77% | 7,34% | R\$ 12.980 | R\$ 12.315.101 |
| CONSÓRCIO ² IMÓVEIS | 18,42% | 8,52% | R\$ 2.180 | R\$ 12.317.281 |
| CONSÓRCIO ² CAMINHÕES | 12,93% | N/D | R\$ 0 | R\$ 12.317.281 |
| CONSÓRCIO ² VEÍCULOS | 13,17% | 6,63% | R\$ 1.168 | R\$ 12.318.449 |
| CONSÓRCIO ² MOTOS | 14,82% | 8,26% | R\$ 24 | R\$ 12.318.473 |
| CONSÓRCIO ² OUTROS BENS | 14,91% | N/D | R\$ 0 | R\$ 12.318.473 |
| CONSÓRCIO ² SERVIÇOS | 15,01% | 8,35% | R\$ 55 | R\$ 12.318.528 |
| CHEQUE ESPECIAL - PJ | 13,15% | 4,22% | R\$ 1.012.628 | R\$ 13.331.156 |
| TÍTULOS DESCONTADOS | 2,39% | 1,44% | R\$ 904.606 | R\$ 14.235.762 |
| DEPÓSITOS A PRAZO | 0,44% | 0,47% | R\$ 354.381 | R\$ 14.590.143 |
| FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ | 1,06% | 1,39% | -R\$ 1.333 | R\$ 14.588.811 |
| FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ | 1,14% | 0,00% | R\$ 0 | R\$ 14.588.811 |
| TARIFAS PJ ³ | R\$ 93,75 | R\$ 3,88 | R\$ 459.387 | R\$ 15.048.197 |
| ADQUIRÊNCIA DÉBITO (MDR) | 2,11% | 1,85% | R\$ 33.126 | R\$ 15.081.323 |
| ADQUIRÊNCIA CRÉDITO (MDR) | 3,66% | 2,84% | R\$ 53.230 | R\$ 15.134.553 |
| ADQUIRÊNCIA PARCELADO (MDR) | 5,29% | 3,46% | R\$ 131.682 | R\$ 15.266.235 |
| ADQUIRÊNCIA (ANTECIPAÇÃO) | R\$ 0,04 | R\$ 0,02 | R\$ 599.644 | R\$ 15.865.879 |
| DISTRIBUIÇÃO DE SOBRAS | PARA OS ACIONISTAS | PARA OS COOPERADOS | R\$ 4.616.243 | R\$ 20.482.122 |
| COOPERADOS SICOOB COOPERCRED | | | | 1.427 |
| RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO | | | R\$ 14.353 | |

Fonte: Bancoob, Sicoob, Confederação, Banco Central do Brasil e CardMonitor.
 Nota: Taxas do SFN (média do período).
 Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest.
¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III" (Tabela II anexa à Resolução CMN nº 4.196, de 2013).
²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.
³Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.
⁴Tarifas SFN PJ: média dos valores cobrados nos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, balcão cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e con-

troles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Nesse contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evoluiu do modelo de Governança Corporativa 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] para o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das

discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;

- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adotou e aderiu:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamen-

tações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro. No período, nossos empregados, diretores e conselheiros participaram dos treinamentos promovidos sobre o tema.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (Conad), Diretoria Executiva (Direx) e Conselho Fiscal (Cofis).

1 AG – Assembleia Geral:

A AG é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da cooperativa e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. Nessa afinação, dentre todas, algumas das funções principais da AG, são:

- conhecer da prestação de contas dos órgãos de administração relativamente ao exercício social an-

terior acompanhada de pareceres da Auditoria e do Conselho Fiscal, examinando, discutindo e deliberando:

- relatório da gestão;
- demonstrativos financeiros e contábeis de balanço;
- demonstrativo dos resultados – das sobras ou perdas apuradas.
- destinação dos resultados;
- eleger os membros do Conad e do Cofis, bem como fixar a respectiva remuneração;
- reformar o estatuto.

A AG elege os membros do Cofis e do Conad e este, os membros da Direx. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.

2 Conad – Conselho de Administração:

O Conad, composto de 6 membros efetivos com mandato de 3 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

3 Direx – Diretoria Executiva:

A Direx, composta de 2 membros – Diretor Geral e Administrativo, e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

4 Cofis – Conselho Fiscal:

Ao Cofis, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3

anos, compete a fiscalização da sociedade.

5 Gestão da Ética:

A Cooperativa também adota o Código de Ética do Sistema Sicoob, que se aplica a todo seu público interno, desde as pessoas da alta administração até aquelas estagiárias e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos em seu âmbito, bem como no relacionamento dessas pessoas com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

6 Ouvidoria:

A Cooperativa aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob, cujas atribuições principais, são:

- prestar atendimento às demandas dos associados, clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Cooperativa;
- atuar como canal de comunicação entre a Cooperativa e os associados, clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- manter, semestralmente, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

7 Controle Interno:

Controle Interno consiste num conjun-

to de políticas e procedimentos que são desenvolvidos e operacionalizados para garantir razoável certeza acerca da confiança que pode ser depositada nas demonstrações financeiras e nos seus processos correlatos, bem como na correta apresentação daquelas demonstrações financeiras, garantindo que foram preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e que incluem políticas e procedimentos de manutenção dos registros contábeis, aprovações em níveis adequados e salvaguarda de ativos.

A área de Controle Interno e Riscos corresponde às diretrizes, aos procedimentos, às pessoas, aos sistemas informatizados e qualquer outra ferramenta que deverá ser adotada pelos demais departamentos da instituição, para garantir razoável segurança no alcance dos objetivos estratégicos, observadas as premissas de eficiência e efetividade operacional e confiança nos registros.

Principais objetivos dos controles internos e riscos

Com base na conceituação teórica, pode-se dizer que os principais escopos de um sistema bem estruturado de controles internos e riscos são:

- promover fidedignidade e imparcialidade na produção de relatórios contábeis;
- fornecer informações oportunas e facilmente acessíveis, possibilitando uma condução eficiente e eficaz dos processos;
- garantir a aderência dos processos internos e das ações em geral aos objetivos do planejamento estratégico, evitando desvios de diretrizes;
- salvaguardar o patrimônio, dando suporte ao gerenciamento de riscos e minimizando eventuais perdas financeiras decorridas de má gestão;
- monitorar o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração da organização;
- manter a instituição em níveis mínimos de conformidade, promovendo um sistema de controles internos efetivo.

Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

| ATIVO | | | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
|--|------|--------------------|--------------------|--|------|--------------------|--------------------|
| Discriminação | NOTA | 2019 | 2018 | Discriminação | NOTA | 2019 | 2018 |
| Circulante | | 235.341.920 | 258.501.129 | Circulante | | 153.005.359 | 175.497.819 |
| Disponibilidades | 04 | 218.384 | 180.110 | Depósitos | 11 | 74.586.962 | 105.263.224 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 05 | 7.285.881 | 33.570.056 | Depósitos à Vista | | 20.888.281 | 17.083.507 |
| Relações Interfinanceiras | | 126.875.474 | 122.897.446 | Depósitos a Prazo | | 53.698.681 | 88.179.717 |
| Operações de Crédito | 06 | 92.343.779 | 87.196.769 | Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliárias | 12 | 28.254.000 | 26.390.653 |
| Operações de Crédito - Setor Privado | | 97.618.201 | 91.154.514 | Obrigação por Emissão de Letras de Crédito | | 28.254.000 | 26.390.653 |
| (-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa | | (5.274.422) | (3.957.745) | Relações Interfinanceiras | 13 | 45.726.380 | 40.168.148 |
| Outros Créditos | 07 | 5.349.756 | 12.059.488 | Repasse Interfinanceiros | | 45.726.380 | 40.168.148 |
| Avais e Fianças | | 33.350 | 70.048 | Relações de Interdependências | | 921.454 | 951.000 |
| Rendas a Receber | | 589.214 | 492.957 | Recursos em Trânsito de Terceiros | | 921.454 | 951.000 |
| Diversos | | 4.800.947 | 11.595.517 | Obrigações por Repasses Interfinanceiros | | 0 | 0 |
| (-) Provisão para Outros Créditos | | (73.755) | (99.034) | Outras Obrigações | 14 | 3.516.563 | 2.724.794 |
| Outros Valores e Bens | 08 | 3.268.646 | 2.597.260 | Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass. | | 23.501 | 5.039 |
| Outros Valores e Bens | | 3.242.243 | 2.427.953 | Sociais e Estatutárias | 14a | 1.223.639 | 1.218.269 |
| Despesas Antecipadas | | 26.403 | 169.307 | Fiscais e Previdenciárias | 14b | 698.646 | 743.463 |
| | | | | Diversos | 14c | 1.570.777 | 758.023 |
| Não Circulante | | 32.800.860 | 25.451.597 | Não Circulante | | 5.241.863 | 2.861.052 |
| Realizável a Longo Prazo | | 18.669.034 | 17.915.090 | Relações Interfinanceiras | 13 | 4.817.997 | 2.437.186 |
| Operações de Crédito | 06 | 18.245.168 | 17.491.224 | Outras obrigações -Diversos | | 423.866 | 423.866 |
| Operações de Crédito | | 19.409.187 | 19.054.227 | Provisão para Demandas Judiciais | 14c | 423.866 | 423.866 |
| (-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa | | (1.164.019) | (1.563.003) | | | | |
| Outros Créditos | 07 | 423.866 | 423.866 | Patrimônio Líquido | 16 | 109.895.558 | 105.593.855 |
| Investimentos | 09 | 12.941.337 | 6.523.082 | Capital Social | | 93.045.197 | 88.736.536 |
| Ações e Cotas | | 12.941.337 | 6.523.082 | Reservas de Sobras | | 14.594.720 | 13.995.999 |
| Imobilizado de uso | 10 | 1.182.913 | 1.006.283 | Sobras do Exercício | | 2.255.641 | 2.861.320 |
| Outras Imobilizações de Uso | | 1.270.897 | 1.008.892 | | | | |
| Imóveis de Uso | | 613.607 | 613.607 | | | | |
| (-) Depreciações Acumuladas | | (701.591) | (616.216) | | | | |
| Intangível | | 7.576 | 7.142 | | | | |
| Softwares | | 50.745 | 47.744 | | | | |
| (-) Amortizações Acumuladas | | (43.169) | (40.602) | | | | |
| TOTAL DO ATIVO | | 268.142.780 | 283.952.726 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 268.142.780 | 283.952.726 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Vice-Presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

| Discriminação | NOTA | 2º Semestre 2019 | 2019 | 2018 |
|--|------|--------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 8.914.103 | 18.842.283 | 19.517.262 |
| Operações de Crédito | 17 | 8.043.668 | 17.102.874 | 17.696.685 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários | | 445.034 | 1.314.008 | 1.820.577 |
| Rendas de Aplicações Compulsórias | | 425.401 | 425.401 | - |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (4.306.845) | (12.748.652) | (10.458.322) |
| Operações de Captação no Mercado | | (3.303.195) | (6.030.300) | (5.243.738) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | | (1.611.805) | (3.057.777) | (3.139.735) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | | 608.155 | (3.660.575) | (2.074.849) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 4.607.258 | 6.093.631 | 9.058.940 |
| OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS | | 2.170.123 | 4.229.183 | 2.840.811 |
| Receitas de Prestação de Serviços | | 379.114 | 729.645 | 711.246 |
| Receitas de Tarifas Bancárias | | 174.601 | 337.202 | 316.258 |
| Despesas de Pessoal | 18 | (1.353.925) | (2.628.515) | (2.295.539) |
| Outras Despesas Administrativas | 19 | (1.417.916) | (2.753.156) | (2.755.125) |
| Despesas Tributárias | | (40.679) | (157.368) | (162.882) |
| Outras Receitas Operacionais | 20 | 493.948 | 1.620.161 | 1.552.207 |
| Ingressos de Depósitos Intercooperativos | | 4.240.136 | 7.636.806 | 6.121.776 |
| Outras Despesas Operacionais | | (305.156) | (555.592) | (647.130) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 6.777.381 | 10.322.814 | 11.899.751 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | | 146.991 | (339.305) | 287.607 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP. | | 6.924.372 | 9.983.509 | 12.187.358 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | - | - | (260.718) |
| Provisão para Imposto de Renda | | - | - | (145.475) |
| Provisão para Contribuição Social | | - | - | (115.243) |
| JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO | | (5.367.265) | (5.367.265) | (5.749.390) |
| RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES | | 1.557.107 | 4.616.244 | 6.177.250 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Vice-Presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

| Discriminação | Capital Social | Reserva de Sobras | | | Total |
|--|-------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|--------------------|
| | | Fundo de Reserva | F.A.C | Sobras/ Perdas() Acumuladas | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 95.258.113 | 10.816.755 | 1.635.436 | 2.998.300 | 110.708.604 |
| Movimentação do Capital | | | | | |
| Transferência da Reserva Estatutária | 1.635.436 | | (1.635.436) | | - |
| Incorporação de Sobras conforme AGO | 2.993.616 | | | (2.998.300) | (4.684) |
| Por Integralizações | 2.277.660 | | | | 2.277.660 |
| Por Devolução (-) | (18.505.868) | | | | (18.505.868) |
| Sobras do Exercício | | | | 11.926.640 | 11.926.640 |
| Remuneração de Juros ao Capital | 5.714.690 | | | (5.749.390) | (34.700) |
| IRRF Sobre JCP | (637.111) | | | | (637.111) |
| Despesas cobertas pelo FATES | | | | 400.178 | 400.178 |
| FATES – Atos Não Cooperativos | | | | (218.939) | (218.939) |
| Destinação das Sobras: | | | | | |
| Fundo de Reserva | | 1.271.697 | | (1.271.697) | - |
| Fundo Para Aumento de Capital | | | 1.907.547 | (1.907.547) | - |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | | | | (317.925) | (317.925) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 88.736.536 | 12.088.452 | 1.907.547 | 2.861.320 | 105.593.855 |
| Movimentação do Capital | | | | | |
| Integralizações/Subscrições de Capital | 655.941 | | | | 655.941 |
| Incorporação de Sobras conforme AGO | 4.753.602 | | (1.907.547) | (2.846.055) | - |
| Distribuições de Sobras a ex-cooperados | | | | (15.265) | (15.265) |
| Devolução de Capital | (5.916.476) | | | | (5.916.476) |
| Sobras do Exercício | | | | 9.983.509 | 9.983.509 |
| Remuneração de Juros ao Capital | 5.359.350 | | | (5.367.265) | (7.915) |
| IRRF Sobre JCP | (543.756) | | | | (543.756) |
| Despesas cobertas pelo FATES | | | | 396.292 | 396.292 |
| Destinação das Sobras: | | | | | |
| Reserva Legal | | 1.002.507 | | (1.002.507) | - |
| Fundo Para Aumento de Capital | | | 1.503.761 | (1.503.761) | - |
| Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social | | | | (250.627) | (250.627) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 93.045.197 | 13.090.959 | 1.503.761 | 2.255.641 | 109.895.558 |

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Vice-Presidente

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2018 (em reais)

| DESCRIÇÃO | Notas | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------|--------------------|---------------------|
| Atividades Operacionais | | | |
| Sobras/Perdas Antes da Tributação e Participações | | 9.983.509 | 12.187.358 |
| IRPJ / CSLL | | - | (260.719) |
| Provisão para Operações de Crédito | | 3.660.575 | 2.074.849 |
| Provisão de Juros ao Capital | | (5.367.265) | (5.749.390) |
| Depreciações e Amortizações | | 140.048 | 116.754 |
| | | 8.416.867 | 8.368.852 |
| Aumento (redução) em ativos operacionais | | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | | 26.284.175 | (22.326.780) |
| Operações de Crédito | | (9.561.529) | (292.123) |
| Outros Créditos | | 6.709.731 | (5.568.349) |
| Outros Valores e Bens | | (671.386) | (2.477.082) |
| Aumento (redução) em passivos operacionais | | | |
| Depósitos à Vista | | 3.804.774 | 6.231.809 |
| Depósitos a Prazo | | (34.481.036) | 43.246.403 |
| Obrigações por Emissão de LCA | | 1.863.346 | 8.621.620 |
| Relações de Interdependências | | (29.546) | 560.000 |
| Relações Interfinanceiras | | 7.939.043 | (3.468.995) |
| Outras Obrigações | | 937.434 | (671.272) |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais | | 11.211.873 | 32.224.083 |
| Atividades de Investimentos | | | |
| Aplicação no Intangível | | (3.000) | - |
| Aquisição De Imobilizado de Uso | | (314.110) | (68.217) |
| Aquisição de investimentos | | (6.418.255) | 5.328.574 |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos | | (6.735.365) | 5.260.357 |
| Atividades de Financiamentos | | | |
| Aumento por novos aportes de Capital | | 655.941 | 2.277.660 |
| Devolução de Capital aos Cooperados | | (5.916.476) | (18.505.868) |
| Valores a pagar a ex-associados | | (15.265) | (4.684) |
| Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF | | 4.815.594 | 5.077.579 |
| Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos | | (460.206) | (11.155.313) |
| Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 4.016.302 | 26.329.127 |
| Modificações de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período | | 123.077.556 | 96.748.429 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período | | 127.093.858 | 123.077.556 |
| Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa | | 4.016.302 | 26.329.127 |

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Dos exercícios encerrados em 31.12.2019 e 31.12.2018 – (em R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA - SICOOB COOPERCREC** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **17/12/1983**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB COOPERCREC** possui sua Sede no município de **GOIANÉSIA - GO**.

O **SICOOB COOPERCREC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

A Cooperativa, em 2017, protocolou junto ao Banco Central do Brasil e ao Ministério Público Federal processos relativos a suspeitas de fraudes envolvendo o descumprimento de leis e regulamentos, os quais estão em fase preliminar de apuração e investigações pelos órgãos competentes. Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Cooperativa ainda não havia obtido quaisquer resultados conclusivos acerca do andamento dessas ações. Segundo o assessor jurídico responsável pela condução desses processos, nos quais a Cooperativa figura no polo ativo, a probabilidade de perda envolvendo a ação foi classificada como "remota".

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03 de fevereiro de 2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as nor-

mas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança.

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

As aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuem características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------------|--------------------|
| Disponibilidades | 218.384 | 180.110 |
| Relações interfinanceiras - centralização financeira (I) | 126.875.474 | 122.897.446 |
| TOTAL | 127.093.858 | 123.077.556 |

(I) As aplicações em Relações Interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 17, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira totalizaram R\$ 7.636.806 em 2019 e R\$ 6.121.776 em 2018.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|-------------------|
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (I) | 7.285.881 | 33.570.056 |
| TOTAL | 7.285.881 | 33.570.056 |

(I) **As aplicações em depósitos interfinanceiros referem-se às aplicações no Bancoob pós-fixadas com taxas de 101% e 102% do CDI.** Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 1.314.008 e R\$ 1.820.577.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

| Descrição | 31/12/2019 | | | 31/12/2018 |
|---|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 41.302.938 | 9.297.109 | 50.600.047 | 51.945.701 |
| Financiamentos | 678.641 | 607.173 | 1.285.814 | 1.242.195 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 55.636.622 | 9.504.904 | 65.141.526 | 57.020.844 |
| Total de Operações de Crédito | 97.618.201 | 19.409.187 | 117.027.388 | 110.208.741 |
| (-) Provisões para Operações de Crédito | (5.274.422) | (1.164.019) | (6.438.441) | (5.520.748) |
| TOTAL | 92.343.779 | 18.245.168 | 110.588.947 | 104.687.993 |

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | | | Empréstimo / TD | Financiamentos | Financiamentos Rurais | Total em 31/12/2019 | Provisões 31/12/2019 | Total em 31/12/2018 | Provisões 31/12/2018 |
|--|-------|----------|--------------------|------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| AA | - | Normal | - | - | - | - | | 2.722.704 | |
| A | 0,50% | Normal | 7.846.743 | 389.009 | 30.237.612 | 38.473.364 | (192.367) | 28.882.406 | (144.412) |
| B | 1% | Normal | 9.436.778 | 339.258 | 21.351.667 | 31.127.703 | (311.277) | 39.833.965 | (398.340) |
| B | 1% | Vencidas | 112.521 | 7.371 | - | 119.892 | (1.199) | 109.309 | (1.093) |
| C | 3% | Normal | 11.996.927 | 349.559 | 11.710.995 | 24.057.481 | (721.724) | 18.452.210 | (553.566) |
| C | 3% | Vencidas | 476.914 | 21.093 | - | 498.006 | (14.940) | 23.028 | (691) |
| D | 10% | Normal | 14.765.851 | 106.777 | 997.579 | 15.870.207 | (1.587.021) | 14.625.151 | (1.462.515) |
| D | 10% | Vencidas | 113.860 | - | 384.489 | 498.350 | (49.835) | 392.012 | (39.201) |
| E | 30% | Normal | 1.038.322 | 27.566 | 363.033 | 1.428.921 | (428.676) | 2.744.397 | (823.319) |
| E | 30% | Vencidas | 169.921 | 39.809 | - | 209.730 | (62.919) | 1.056 | (317) |
| F | 50% | Normal | 2.031.234 | 2.748 | - | 2.033.982 | (1.016.991) | 260.554 | (130.277) |
| F | 50% | Vencidas | 111.284 | 1.232 | - | 112.516 | (56.258) | 230.501 | (115.251) |
| G | 70% | Normal | 1.701.793 | 1.393 | - | 1.703.186 | (1.192.230) | - | - |
| G | 70% | Vencidas | 303.491 | - | - | 303.491 | (212.444) | 265.612 | (185.929) |
| H | 100% | Normal | 45.536 | - | - | 45.536 | (45.536) | 25.619 | (25.619) |
| H | 100% | Vencidas | 448.873 | - | 96.151 | 545.024 | (545.024) | 1.640.219 | (1.640.219) |
| Total Normal | | | 48.863.183 | 1.216.311 | 64.660.886 | 114.740.380 | (5.495.823) | 107.547.005 | (3.538.048) |
| Total Vencidas | | | 1.736.864 | 69.504 | 480.640 | 2.287.008 | (942.618) | 2.661.736 | (1.982.700) |
| Total Geral | | | 50.600.047 | 1.285.815 | 65.141.526 | 117.027.388 | (6.438.441) | 110.208.741 | (5.520.748) |
| Provisões | | | (5.328.753) | (50.386) | (1.059.302) | (6.438.441) | | (5.520.748) | |
| Total Líquido | | | 45.271.294 | 1.235.429 | 64.082.224 | 110.588.947 | | 104.687.993 | |

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

| Tipo | Até 90 | De 91 a 360 | Acima de 360 | Total |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Empréstimos e Títulos Descontados | 18.912.137 | 22.390.801 | 9.297.109 | 50.600.047 |
| Financiamentos | 189.852 | 488.790 | 607.173 | 1.285.815 |
| Financiamentos Rurais e Agroindustriais | 8.776.844 | 46.859.777 | 9.504.905 | 65.141.526 |
| TOTAL | 27.878.833 | 69.739.368 | 19.409.187 | 117.027.388 |

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

| Descrição | Empréstimos/ TD | Financiamento | Financiamento Rural | 31/12/2019 | % da Carteira |
|---------------------------|-------------------|------------------|---------------------|--------------------|---------------|
| Setor Privado - Comércio | 1.112.324 | - | - | 1.112.324 | 1% |
| Setor Privado - Indústria | 4.330.840 | - | - | 4.330.840 | 4% |
| Setor Privado - Serviços | 14.827.886 | 342.616 | 626.830 | 15.797.332 | 13% |
| Pessoa Física | 30.090.171 | 933.698 | 59.367.134 | 90.391.003 | 77% |
| Outros | 238.826 | 9.501 | 5.147.562 | 5.395.889 | 5% |
| TOTAL | 50.600.047 | 1.285.815 | 65.141.526 | 117.027.388 | 100% |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 5.520.748 | 5.343.206 |
| Constituições/Reversões | 3.566.408 | 2.138.081 |
| Transferência para prejuízo | (2.648.715) | (1.960.539) |
| TOTAL | 6.438.441 | 5.520.748 |

f) Concentração dos Principais Devedores:

| Descrição | 31/12/2019 | % Carteira Total | 31/12/2018 | % Carteira Total |
|----------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| Maior Devedor | 5.430.933 | 5,00% | 5.844.664 | 5,00% |
| 10 Maiores Devedores | 36.739.845 | 31,00% | 34.441.131 | 31,00% |
| 50 Maiores Devedores | 81.775.211 | 70,00% | 80.492.503 | 73,00% |

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo inicial | 3.071.679 | 2.284.075 |
| Valor das operações transferidas no período | 2.648.715 | 1.960.539 |
| Valor das operações recuperadas no período | (1.431.925) | (1.172.935) |
| TOTAL | 4.288.469 | 3.071.679 |

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

| Descrição | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|---|------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Avais e Fianças Honrados | 33.350 | - | 70.048 | - |
| Rendas a Receber (I) | 589.214 | - | 492.956 | - |
| Diversos | 4.800.947 | - | 11.595.517 | - |
| Adiantamentos e antecipações salariais | - | - | 5.728 | - |
| Devedores por compra de valores e bens (II) | 4.689.980 | - | 5.530.627 | - |
| Devedores por depósitos em garantia (III) | - | 423.866 | - | 423.866 |
| Impostos e contribuições a compensar | 69.913 | - | - | - |
| Títulos e créditos a receber | 6.448 | - | 6.057.367 | - |
| Devedores diversos - país | 34.606 | - | 1.795 | - |
| (-) Provisões para outros créditos | (73.755) | - | (99.034) | - |
| TOTAL | 5.349.756 | 423.866 | 12.059.488 | 423.866 |

(I) Rendas a receber de tarifas de convênios de terceiros e de rendimentos da centralização financeira junto à Central Sicoob Uni.

(II) Valor a receber referente à venda de Bens Não de Uso.

(III) Devedores por depósitos em garantia correspondem a depósitos judiciais caucionados para questionamento sobre a legalidade da inclusão dos ingressos decorrentes de atos cooperativos na base de cálculo do PIS e COFINS.

8. Outros valores e bens

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Bens Não de Uso Próprio (I) | 3.242.243 | 2.427.953 |
| Despesas Antecipadas (II) | 26.403 | 169.307 |
| TOTAL | 3.268.646 | 2.597.260 |

(I) Está registrado, substancialmente, o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos à depreciação.

(II) Referem-se às despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, imposto predial e territorial urbano.

9. Investimentos

O saldo é representado por quotas da Central Sicoob Uni e ações do Bancoob.

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|------------------|
| Participações em cooperativa central de crédito – Central Sicoob Uni | 6.016.709 | 485.296 |
| Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob | 6.924.628 | 6.037.786 |
| TOTAL | 12.941.337 | 6.523.082 |

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

| Descrição | Taxa de Depreciação | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---------------------|------------------|------------------|
| Terrenos | | 278.000 | 278.000 |
| Edificações | 4% | 335.606 | 335.606 |
| (-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações | | (229.331) | (215.907) |
| Instalações | 10% | 288.041 | 287.491 |
| (-) Depreciação Acumulada de Instalações | | (119.537) | (90.742) |
| Móveis e equipamentos de Uso | 10% | 403.526 | 403.526 |
| (-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso | | (133.378) | (93.074) |
| Sistema de Comunicação | 20% | 7.280 | 7.280 |
| Sistema de Processamento de Dados | 20% | 401.127 | 197.597 |
| Sistema de Segurança | 10% | 48.087 | 34.841 |
| Sistema de Transporte | 20% | 122.836 | 78.158 |
| (-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso | | (219.344) | (216.493) |
| TOTAL | | 1.182.913 | 1.006.283 |

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

| Descrição | 31/12/2019 | Taxa média (% a.m.) | 31/12/2018 | Taxa média (% a.m.) |
|------------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Depósito à Vista | 20.888.281 | | 17.083.507 | |
| Depósito a Prazo | 53.698.681 | 0,37% | 88.179.717 | 0,48% |
| TOTAL | 74.586.962 | | 105.263.224 | |

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

| Descrição | 31/12/2019 | % Carteira Total | 31/12/2018 | % Carteira Total |
|-------------------------|------------|------------------|------------|------------------|
| Maior Depositante | 10.366.894 | 14% | 32.093.060 | 30% |
| 10 Maiores Depositantes | 37.918.365 | 50% | 82.851.316 | 78% |

b) Despesas com operações de captação de mercado:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|--------------------|--------------------|
| Despesas de Depósitos a Prazo | (4.477.267) | (3.772.280) |
| Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio | (1.362.556) | (1.333.315) |
| Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito | (190.477) | (138.143) |
| TOTAL | (6.030.300) | (5.243.738) |

12. Recurso de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

| Descrição | 31/12/2019 | Taxa média | 31/12/2018 | Taxa média |
|--|-------------|------------|-------------|------------|
| Despesa Letras de Crédito do Agronegócio | (1.362.556) | 0,32% | (1.333.315) | 0,42% |

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo **SICOOB UNI** possuem remuneração entre 85% e 87% do CDI, com prazo mínimo de carência de 90 dias, conforme Resolução CMN Nº 4.410/2015.

13. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

| Instituições | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | 45.726.380 | 43.107.018 |
| Recursos do Bancoob | 47.539.643 | 44.507.648 |
| (-) Despesa a apropriar Bancoob | (1.813.083) | (1.902.314) |
| Não Circulante | 4.817.997 | 898.945 |
| Recursos do Bancoob | 5.467.416 | 1.400.630 |
| (-) Despesa a apropriar Bancoob | (649.419) | (501.684) |
| TOTAL | 50.544.377 | 42.605.334 |

a) As despesas dessa transação resultaram em **31/12/2019** o montante de R\$ 1.611.805 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

14. Outras Obrigações

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Circulante | 3.516.563 | 2.724.794 |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados | 23.501 | 5.039 |
| Sociais e Estatutárias (a) | 1.223.639 | 1.218.269 |
| Fiscais e Previdenciárias (b) | 698.646 | 743.463 |
| Diversas (c) | 1.570.777 | 758.023 |
| Não Circulante | 423.866 | 423.866 |
| Diversas | 423.866 | 423.866 |
| TOTAL | 3.940.430 | 3.148.660 |

a) Sociais e Estatutárias

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Resultado de Atos com Associados (I) | 690.023 | 660.062 |
| Resultado de Atos com Não Associados | 515.967 | 515.967 |
| Cotas de Capital a Pagar (II) | 17.649 | 42.240 |
| TOTAL | 1.223.639 | 1.218.269 |

(I) Resultado de atos com associados e não associados: FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|----------------|
| Impostos e Contribuições Sobre Lucros A Pagar | - | 13.027 |
| Impostos e contribuições a recolher | 698.646 | 730.435 |
| TOTAL | 698.646 | 743.463 |

c) Diversas

| Descrição | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|---|------------------|----------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | Circulante | Não Circulante |
| Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos | 588 | - | 557 | - |
| Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (I) | 319.603 | - | 195.462 | - |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar (II) | 387.336 | - | 289.699 | - |
| Provisão para Demandas Judiciais (III) | - | 423.866 | - | 423.866 |
| Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (IV) | 267.610 | - | - | - |
| Credores Diversos – País (V) | 595.642 | - | 88.855 | - |
| TOTAL | 1.570.778 | 423.866 | 758.023 | 423.866 |

(I) Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento referem-se à folha de pagamento de Associados, liquidada pela cooperativa.

(II) Provisões para pagamento de despesas com pessoal, despesas administrativas e outros pagamentos, liquidados nos meses subsequentes.

(III) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 31/01/2004 a 30/11/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia. É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

(IV) Provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(V) Credores diversos de liquidação de cobrança, pendências a regularizar em processo de purgação e cheques liquidados no mês subsequente.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB COOPERCRED** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------|------------|------------|
| Capital Social | 93.045.197 | 88.736.536 |
| Quantidade de Associados | 1.427 | 1.265 |

b) Reserva Legal - Reserva de Sobras

Reserva legal é representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Reserva estatutária é representada pelas destinações estatutárias para aumento de capital, no percentual de 30%, utilizada para rateio na forma do artigo 27, inciso I, e incorporados às respectivas contas.

c) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **25/04/2019**, os cooperados deliberaram pela destinação do resultado do exercício findo em **31 de dezembro de 2018** no valor de R\$ **2.861.320** (dois milhões oitocentos e sessenta e um mil e trezentos e vinte reais) sendo o critério de rateio 20% Reserva legal, 5% Fundo de assistência educacional, 30% Fundo de aumento de capital e 45% sobras ou perdas acumuladas.

d) Destinações estatutárias e legais

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|--------------------|--------------------|
| Sobra líquida do exercício | 4.616.241 | 6.177.249 |
| Ajuste Fundo de assistência técnica, educacional e social | 396.292 | 400.178 |
| Resultado de atos com não associados | - | (218.939) |
| Sobra líquida, base de cálculo das destinações | 5.012.533 | 6.358.489 |
| Destinações estatutárias | (2.756.895) | (3.497.169) |
| Reserva legal - 20% | (1.002.507) | (1.271.698) |
| Fundo Para Aumento de Capital – 30% | (1.503.761) | (1.907.547) |
| Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5% | (250.627) | (317.924) |
| Sobra à disposição da Assembleia Geral | 2.255.638 | 2.861.320 |

17. Receitas da Intermediação Financeira – Operações de crédito

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Rendas de Adiantamentos a Depositantes | 179.553 | 100.759 |
| Rendas de Empréstimos | 8.859.287 | 8.791.347 |
| Rendas de Direitos Creditórios Descontados | 1.278.089 | 1.584.268 |
| Rendas de Financiamentos | 222.372 | 353.861 |
| Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista | 4.954.884 | 5.276.094 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 1.523.777 | 1.230.099 |
| Rendas de repasses interfinanceiros | 84.912 | 360.257 |
| TOTAL | 17.102.874 | 17.696.685 |

18. Despesas de Pessoal

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------------|--------------------|
| Despesas de Honorários - Conselho Fiscal | (46.230) | (43.268) |
| Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (700.780) | (643.238) |
| Despesas de Pessoal - Benefícios | (213.496) | (173.023) |
| Despesas de Pessoal - Encargos Sociais | (508.434) | (445.589) |
| Despesas de Pessoal - Proventos | (1.129.125) | (956.878) |
| Despesas de Pessoal - Treinamento | (12.805) | (11.640) |
| Despesas de Remuneração de Estagiários | (17.645) | (21.903) |
| TOTAL | (2.628.515) | (2.295.539) |

19. Outras Despesas Administrativas

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------------|--------------------|
| Despesas de água, energia e gás | (9.740) | (10.351) |
| Despesas de aluguéis | (7.571) | (525) |
| Despesas de comunicações | (66.091) | (58.347) |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | (51.086) | (46.723) |
| Despesas de material | (17.185) | (17.177) |
| Despesas de processamento de dados | (29.530) | (97.151) |
| Despesas de promoções e Relações Públicas | (171.341) | (249.860) |
| Despesas de propaganda e publicidade | (221.481) | (165.972) |
| Despesas de publicações | (1.980) | (405) |
| Despesas de seguros | (10.675) | (10.487) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (604.764) | (509.499) |
| Despesas de serviços de terceiros | (106.747) | (73.651) |
| Despesas de serviços de vigilância e segurança | (75.024) | (66.657) |
| Despesas de serviços técnicos especializados | (140.841) | (389.771) |
| Despesas de transporte | (86.673) | (78.532) |
| Despesas de viagem ao exterior | (32.352) | - |
| Despesas de viagem no país | (78.763) | (30.191) |
| Outras despesas administrativas | (901.264) | (833.073) |
| Despesas de amortização | (2.567) | (4.774) |
| Despesas de depreciação | (137.481) | (111.979) |
| TOTAL | (2.753.156) | (2.755.125) |

20. Outras Receitas Operacionais

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Recuperação de Encargos e Despesas | 11.099 | 50 |
| Outras - Reversão de Provisões Operacionais | 224.787 | 39.674 |
| Dividendos | 881.875 | 672.354 |
| Deduções e abatimentos | 800 | - |
| Distribuição de sobras da central | - | 635.397 |
| Rendas de repasses Delcredere | 28.519 | 31.297 |
| Outras rendas operacionais | 177.144 | 105.856 |
| Rendas oriundas de cartões de crédito | 295.937 | 67.579 |
| TOTAL | 1.620.161 | 1.552.207 |

21. Resultado Não Operacional

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------------|----------------|
| Lucro em Transações com Valores de Bens | 127.131 | 283.363 |
| Ganhos de Capital | 50.066 | 4.470 |
| Outras Rendas não Operacionais | 3.509 | - |
| (-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens | (520.000) | - |
| (-) Perdas de Capital | - | (226) |
| (-) Outras Despesas não Operacionais | (11) | - |
| Resultado Líquido | (339.305) | 287.608 |

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2019:

| Montante das Operações Ativas | Valores | % em Relação à Carteira Total | Provisão de Risco |
|--|-------------------|-------------------------------|-------------------|
| P.R. – Vínculo de Grupo Econômico | 10.529.954 | 5,8741% | 148.402 |
| P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico | 5.267.800 | 2,9386% | 23.666 |
| TOTAL | 15.797.754 | 8,8127% | 172.068 |
| Montante das Operações Passivas | 30.346.834 | 8,7480% | |

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2019:

| Natureza da Operação de Crédito | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total |
|---------------------------------|------------------------------|---|--|
| Cheque Especial | 4.487 | 300 | 0,88% |
| Crédito Rural | 12.605.478 | 147.921 | 19% |
| Empréstimo | 6.224.026 | 59.223 | 15% |

| Natureza dos Depósitos | Valor do Depósito | % em Relação à Carteira Total | Taxa Média - % |
|------------------------|-------------------|-------------------------------|----------------|
| Depósitos à Vista | 1.083.481 | 5% | 0% |
| Depósitos a Prazo | 3.979.211 | 5% | 0,37% |

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

| Natureza das Operações Ativas e Passivas | Taxas Médias Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m. |
|--|---|
| Desconto de Cheques | 1,30% |
| Empréstimos | 1,47% |
| Aplicação Financeira - pós-fixada | 96,62% da taxa CDI |

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

| PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019 | |
|--|-------|
| CPR (física, financeira, coobrigações) | |
| Empréstimos e Financiamentos | 1,89% |
| Títulos Descontados e Cheques Descontados | 0,55% |
| Crédito Rural (modalidades) | 8,83% |
| Aplicações Financeiras | 8,74% |

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

| Natureza da Operação de Crédito | Garantias Prestadas |
|---------------------------------|---------------------|
| Crédito Rural | 40.669.875 |
| Empréstimo | 22.438.415 |

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

| 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------|------------|
| 672.793 | 445.491 |

f) No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

| BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$) | |
|--|-----------|
| Honorários - Conselho Fiscal | (46.229) |
| Honorários - Diretoria e Conselho de Administração | (700.780) |
| Encargos Sociais | (189.811) |

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO SÃO PATRÍCIO LTDA - SICOOB COOPER-CRED**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca

dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COOPERCRED** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

30. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

31. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

| Descrição | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| Patrimônio de Referência | 103.153.841 | 99.455.064 |
| Capital Principal - CP | 19.204.589 | 19.810.705 |
| Nível I | 19.204.589 | 19.810.705 |
| Índice de Basileia % | 64,46% | 60,24% |
| Razão de Alavancagem (RA) % | 35,94% | 33,16% |
| Índice de imobilização % | 1,15% | 1,01% |
| Ativos Ponderados pelos Riscos | 160.038.241 | 165.089.212 |

33. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

| Descrição | 31/12/2019 | | 31/12/2018 | |
|--------------|----------------------------------|----------------------------|----------------------------------|---------------------|
| | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais ativos | Provisão para Demandas Judiciais | Depósitos Judiciais |
| Fiscais | 423.866 | 423.866 | 423.866 | 423.866 |
| TOTAL | 423.866 | 423.866 | 423.866 | 423.866 |

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de 31/01/2004 a 30/11/2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB COOPERCRED**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como perdas possíveis, totalizando R\$ 700.777.62. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

Rodrigo Penna de Siqueira
Presidente

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho
Vice-Presidente

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda - Sicoob Coopercred**
Goianésia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda - Sicoob Coopercred, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopercred em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme nota explicativa número 6, a cooperativa apresenta, em 31 de dezembro de 2019, provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.438 mil. Todavia, nossos exames indicam que tal provisão não é suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização de tais créditos, sendo a insuficiência apurada naquela data, de aproximadamente R\$ 6.511 mil, a qual foi registrada pela administração em fevereiro de 2020. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019, o ativo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão superavaliados nesse montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Processos no Banco Central do Brasil e Ministério Público Federal

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número 1, que trata dos processos protocolados pela Cooperativa junto ao Banco Central do Brasil e ao Ministério Público Federal relativos a suspeitas de fraudes envolvendo o descumprimento de leis e regulamentos, os quais estão em fase preliminar de apuração e investigações pelos órgãos competentes, cuja conclusão é fundamental para a recuperação das eventuais perdas incorridas pela Cooperativa.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Coopercred é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Cooperativa.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 19 de março de 2020.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo'.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda., em cumprimento ao que determina o Art. 83, Inciso XV, Seção IV do Estatuto Social, declaramos para os devidos fins legais e estatutários que procedemos minucioso e criterioso exame em todos os documentos e peças contábeis apresentados, que compreendem: os Balancetes mensais, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Sobras ou Perdas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, tendo encontrado tudo na

mais perfeita ordem.

O relatório da auditoria externa (RAC-072/2019) foi entregue em 22/01/2020. Imediatamente após seu recebimento, todas as solicitações nele contidas foram atendidas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do São Patrício Ltda. em 31 de dezembro de 2019.

Desta forma, recomendamos à Assembleia Geral ordinária a aprovação de todas as contas, bem como os relatórios apresentados.

Goianésia, 27 de março de 2020.

Rodrigo Gonçalves Mendes
Coordenador do Conselho Fiscal

Dickson Martins Rodrigues Junior
Conselheiro Fiscal

Nelson Gomes da Silva Neto
Conselheiro Fiscal

Nossa Agência

Sicoob Coopercred

Avenida Brasil nº 48, Centro
Goianésia-GO
Cep: 76380-028
Fone: (62) 3353-1651



